

1. Elogio da “inutilidade”

(por altura dos cinquenta anos desta Senhora rebelde, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

João Teixeira Lopes

O sistemático bombardeamento da tecnoestrutura dominante far-nos-ia acreditar na inutilidade das humanidades e ciências sociais, confinadas a uma espécie de gueto societal, destinadas a definhar perante a insistência nas virtudes de um utilitarismo de alta intensidade. Sentimos bem a lógica instrumental a entrar-nos pelas janelas das salas de aula. Não raras vezes dissemina-se um sentimento de desconfiança face a tudo o que é supostamente «teórico», como se a prática fosse um momento desligado da teoria, como se a prática não fosse a teoria em ação, como se a teoria remetesse para uma metafísica de nenúfares celestes. Outras vezes, a postura instrumental toma conta de mentes e corpos. Calcula-se uma nota a atingir e doseia-se o esforço intelectual. Acontece, ainda, o desinteresse generalizado por tudo o que desafie a preguiça instalada, ora em tom de desafio, ora em puro desespero de vencido. Mas temos resistido, na Faculdade de Letras, com heroicidade: milhares de alunos e de professores persistem, obstinadamente, em fazer das suas escolhas algo mais do que mera submissão ao indolente espírito do tempo, traduzindo, escrevendo, analisando, intervindo cada vez com maior sagacidade e repercussão. Suicidas? Líricos? Tontos?

Inversamente, os fundamentos da *nova gestão pública* deixam de ser um meio, transformando-se num fim em si mesmo, controlando, com tirania centralizadora, o trabalho académico, doravante transformado num cabaz de “produtos” quantificáveis. A gestão pela gestão, visando *rankings* ou financiamentos. A lógica empresarial mata a Universidade?

Neste contexto, a Faculdade de Letras seria, afinal, uma enorme fábrica de inutensílios: os mesmos que constituem as ferramentas para além da utilidade do pronto-a-vestir intelectual. Do ponto de vista hegemónico, uma acumulação de desperdícios, em tudo avessos aos sacrossantos princípios da eficácia e do rigor (definidos ideologicamente e de forma unidimensional, logo fortemente redutora). Do ponto de vista contra-hegemónico, um início: o resgatar de possibilidades de pensamento assente na crítica, na duração e no contexto. Pensamento, enfim, de ocupação do futuro.

Jacques Derrida, numa conferência proferida na Universidade de Stanford, em 1998 (Jacques DERRIDA, *A Universidade sem Condição*, Coimbra, Angelus Novus, 2003), coloca o dedo na ferida: só há Universidade respeitando o princípio de “resistência incondicional” – resistência a todos os poderes estabelecidos (sem negar – e aqui me afasto do filósofo - que essa resistência se assume ela própria como poder): religiosos, políticos, económicos, mediáticos.

Ora, esta *resistência* necessita, para ser plena e eficaz, de se conciliar com a *autonomia*, a *dissidência* e a *invenção*. Numa palavra, “o direito principal de tudo dizer (...) e o direito de o dizer publicamente, de o publicar”.

Imagino já o escárnio dos tecnocratas: eis a prova completa da loucura das “letras”...mas sim, esta é a condição constitutiva de um espaço público: autonomia para dizer e conflitar; dizer o difícil e o interdito, afirmando a dissidência e inventando a palavra nova – palavra que, performativamente, produzirá os seus efeitos concretos e reais. Ainda Derrida: “A universidade deveria ser também, portanto, o lugar onde nada pode isentar-se de ser posto em questão, e nem sequer a figura atual e determinada da democracia; e nem sequer a ideia tradicional de crítica como crítica teórica, e nem sequer a autoridade da forma «questão», do pensamento como «questionar»”. Em suma, nesta radicalidade, nada pode escapar ao (contra) poder da universidade. Daí a necessidade de o domesticar e de o trazer entretido, mansamente, pela trela. Daí, também, a inevitável heresia das humanidades e das ciências sociais face ao espírito do tempo.

Defendo, então, que devem as políticas públicas – e o Estado – abdicar de margens do seu poder em favor deste poder à margem (a Universidade), proporcionando-lhe as condições (financeiras, jurídicas, políticas, ideológicas) de o afrontar, quando necessário. O que não significa, que fique claro, que a Universidade seja um lugar soberano e sagrado, mesmo quando ela é capaz de fazer a crítica de si própria. Ao fazer parte do espaço público de uma democracia emancipada, ela trava conflitos com outras instituições e poderes – e nessa relação se limita e define, sem a nada ficar imune. A situação atual, todavia, é o contrário de tudo isto: estrangimentos burocráticos, precarização de docentes a tempo parcial, incapacidade de renovação do corpo de professores, asfixia burocrática...

Eis então uma missão para as “letras”: contribuir para a emancipação da própria Universidade, questionando os limites da racionalidade instrumental e propondo uma inutilidade útil: a única que permite ao pensamento morder a própria cauda.

Nesse afã, a sociologia, permitam-me que dela agora fale, terá sempre a propensão para des-naturalizar e contextualizar, sem pretender conhecer a causa “última” e “verdadeira”, mas contribuindo para uma visão não divinizada da ação humana – uma visão dos seus estrangimentos, das suas coordenadas e das suas possibilidades. Um mundo social com os seus lugares e sujeitos (sem uns aos outros se reduzam), suas desigualdades e diferenças, suas necessidades e seus sonhos, suas leis e suas fugas. Neste sentido, a sociologia só será sociologia se for crítica, se desvendar, se for uma implacável atividade de destruição de mitos. Tudo o mais cabe em variantes da engenharia social.

Assim, não deverá a própria Universidade escapar a este olhar do avesso: só há ciência no perscrutar do oculto, lembra Bachelard, ou do que se desvenda, ainda que resistindo. Poderes (formalizados ou implícitos); desigualdades e hierarquias (académicas e simbólicas, mas também sociais, económicas e culturais); rituais autoconsagratórios; dispositivos de controlo panóptico; institucionalização da anomia e

da exclusão, para certas relações sociais científicas e seus agentes. Respostas, em suma, a perguntas tão simples quanto incômodas: por que razão certos temas são objeto preferencial de pesquisa e outros tão rapidamente remetidos ao silêncio? A que se deve uma persistente dominação masculina nos cargos de topo da carreira acadêmica, apesar de inegáveis mudanças na esfera do gênero? Quais as lógicas – assumidas e ocultas - da citação, da hipercitação, da subcitação e da ausência de citação de autores, obras e referências? A quem servem os desenhos organizacionais dominantes? Que desigualdades de percurso se vão estruturando na carreira acadêmica, para além das desigualdades iniciais de acesso? Que conexões entre tais desigualdades (digamos: internas) e outras mais vastas, das formações sociais em que nos inserimos (digamos: externas)? Que regras de transmutação/tradução/traição entre umas e outras? Sociologia da Universidade e sociologia da própria ciência (incluindo, *a fortiori*, a sociologia da sociologia), exigências, assim o penso, de um modo de relação não cínico com a produção do conhecimento.

.....

Pensar o mundo, expressar o que é pensado, transformar. Compreender o mundo e mudá-lo (sendo que a compreensão é o ponto de partida para a mudança). Pensar *de outra maneira* e transformar *de outra maneira*.

E não nos esqueçamos jamais que o estado em que o mundo está dispensaria de imediato a barbárie da utilidade em que nos destruímos.